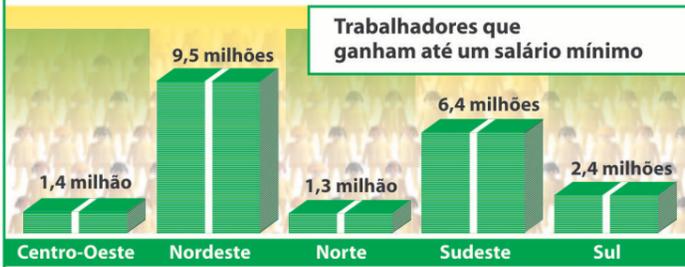


Quem ganha salário mínimo no país

O Brasil possui 21 milhões de trabalhadores que ganham até um salário mínimo. Isso representa menos de 1/3 dos brasileiros ocupados. O maior percentual dos que ganham o mínimo está no Nordeste.



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese)

Senadores anunciam que estão dispostos a lutar por aumento do salário mínimo

Parlamentares da base governista adiantaram que vão tentar modificar a MP do salário mínimo, elevando seu valor para, pelo menos, 100 dólares, enfatizou Paulo Paim. Mão Santa classificou o novo valor de "salário da vergonha". A oposição também criticou o reajuste. Arthur Virgílio pediu ao governo Luiz Inácio Lula da Silva "mais trabalho e menos bravata". José Jorge solicitou informações sobre a política salarial.

Páginas 4 e 5

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X - Nº 1.925 - Brasília, segunda-feira, 3 de maio de 2004



Roosevelt Pinheiro

DIREÇÃO Comissão que apura evasão de divisas é presidida por Antero Paes de Barros

Comissão deve votar projeto que facilita recuperação de empresas

A nova Lei de Falências deve ser votada amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. O relator, Ramez Tebet, diz que a proposta abre espaço para recuperação das empresas em dificuldades econômico-financeiras temporárias

Página 3

Amparado por liminar, Pitta deve ser ouvido por CPI amanhã

A CPI do Banestado deve ouvir Celso Pitta amanhã. Justiça manteve a sessão secreta, segundo liminar concedida ao ex-prefeito de São Paulo, mas permitiu a presença de parlamentares não membros da comissão.

Página 3

Investigações sobre exploração sexual já têm resultados

A condenação dos acusados de aliciamento de meninas para prostituição em Porto Ferreira (SP) é considerada por Patrícia Saboya vitória da CPI que investiga crimes sexuais.

Página 6



Gerardo Magela

MP dos bingos pode ser examinada esta semana no Plenário

Duas medidas provisórias estão na pauta do Plenário de amanhã. A mais polêmica proíbe em todo o país a exploração de jogos de bingo e de caça-níqueis. A outra autoriza a Agência Nacional de Águas a contratar entidades para a gestão de recursos hídricos. Se as duas medidas forem votadas, outras 113 matérias poderão ser examinadas.

Página 3

Especial Cidadania alerta para os riscos do excesso de ruídos

O barulho nas cidades, provocado por carros, máquinas, aparelhos de som, entre outros, pode causar a surdez. O **Especial Cidadania** discute o problema e mostra como reduzir a poluição sonora.

Página 8

TRANSTORNO Usuários da rodoviária de Brasília são submetidos a ruídos excessivos

Célio Azevedo



EMPENHO Romero Jucá elogia publicação do Ministério da Saúde sobre a epidemia

Jucá destaca esforço para o combate à Aids no país

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) parabenizou, em discurso, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância de Saúde e a coordenação do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids pela recente publicação do documento "Critérios de Definição de Casos de Aids em Adultos e Crianças".

– Trata-se de publicação de maior importância e de grande aplicação prática no campo da vigilância sanitária em relação à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Tem-se como referência o registro universal dos casos de Aids como doença de notificação compulsória – disse ele.

Para Jucá, a publicação vai facilitar o estabelecimento de políticas públicas adequadas para o combate à doença e seus efeitos, segundo Jucá.

O parlamentar afirmou que, apesar do sucesso alcançado pelo Brasil em programas de prevenção e combate ao vírus, "não se deve dormir sobre os sucessos anteriores, pois ainda somos muito vulneráveis em relação à epidemia".

Agenda

Pauta pode ser desobstruída esta semana

O Plenário realiza hoje, às 14h30, sessão não deliberativa, sem a votação de matérias. Amanhã, os senadores podem votar os dois projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta de votações. O primeiro (PLV 23/04) autoriza a Agência Nacional de Águas (ANA) a contratar entidades para a gestão dos recursos hídricos regionais, e o segundo (PLV 22/04) acaba com o bingo no Brasil.



Regionalização de programas de TV

O Conselho de Comunicação Social discute hoje, às 14h, os relatórios sobre o projeto de lei (PLC 59/03) da deputada Jandira Feghali que obriga as emissoras de rádio e televisão a destinar tempo

para a programação regional ou independente. Os pareceres foram produzidos pela Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, um grupo temático do conselho.



Crédito cooperativo em debate na CAE

A regulamentação do sistema nacional de crédito cooperativo (PLS 336/03) será discutida amanhã, às 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na oportunidade, a CAE prossegue a discussão da nova Lei de Falências (PLC 71/03). No mesmo horário, a Subcomissão de Proteção de Cidadãos Brasileiros no Exterior discute a criação do Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE).

Comissão de inquérito deve ouvir Celso Pitta amanhã

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado deve ouvir amanhã, a partir das 11h, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Na semana passada, Pitta conseguiu uma liminar que o autorizou a não se comprometer em dizer a

verdade, além de dar ao ex-prefeito o direito de ficar calado. Às 17h, a CPI do Desmanche de Automóveis ouve representantes do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Homenagem ao geógrafo Milton Santos

Projeto que homenageia o geógrafo baiano Milton Santos deve ser votado amanhã pela Comissão de Educação (CE). A proposta (PLC 8/04) concede a ele o título de Patrono da Geografia Nacional. O colegiado vai discutir ainda a proposição (PLC 95/03) que acaba com as listas tríplices no processo de escolha dos dirigentes de universidades.



Parceria e avisos do TCU

Em debate na Comissão de Infra-Estrutura (CI), que se reúne amanhã, às 14h30, o projeto (PLC 10/04) que regulamenta as parcerias público-privadas (PPP) na administração pública. No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento vota mensagens e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas.

Morte de garimpeiros em RO

Na quarta-feira, a Subcomissão de Segurança Pública discute o assassinato de 29 garimpeiros na reserva dos índios cintas-largas, em Rondônia. Serão ouvidos o governador do estado, Ivo Cassol, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, entre outros.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Célio Azevedo



FRUSTRAÇÃO Lúcia Vânia lembra que projeto Soldado Cidadão não chegou a se concretizar

Lúcia Vânia questiona o recrutamento de 100 mil jovens

Em discurso no Plenário, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou preocupação com a viabilidade do programa de recrutamento de 100 mil jovens ainda este ano, para serem treinados numa profissão. Ela chamou atenção para a difícil situação enfrentada pelas Forças Armadas, com contenção de gastos e cortes orçamentários. A seu ver, o programa é uma tentativa do governo de "reverter a inércia de suas ações para conter o desemprego".

– Sabemos que os quartéis alteraram até o horário de funcionamento para dispensar os soldados do rancho. No ano passado, 36 mil recrutas foram dispensados antecipadamente para economizar cerca de 40 milhões de reais em alimentação e fardamento com a dispensa. Aliás, na campanha presidencial, o candidato Lula havia criticado o corte de verbas no orçamento que obrigara a dispensa.

Lúcia Vânia lamentou o fato de o projeto Soldado Cidadão, lançado em julho de 2003, não ter-se concretizado. O objetivo da iniciativa, que, segundo disse, está sendo reformulada pelo governo por meio de medida provisória, era oferecer cursos profissionalizantes a 11 mil recrutas do serviço militar obrigatório.

– Louvei a iniciativa e solicitei informações ao Ministério do Trabalho e ao Exército. O Soldado Cidadão seria implantado a partir de setembro, mas acabou não saindo do papel.

A senadora lembrou que, no dia 4 de abril, cerca de 700 familiares de militares promoveram um protesto por reajustes salariais na Praça dos Três Poderes. "Nesse ambiente, não há como esperar que um programa dessa natureza tenha sucesso", analisou Lúcia Vânia.



Célio Azevedo

DENÚNCIA Celso Pitta é acusado de transferir ilegalmente recursos ao exterior

Supremo revê liminar e Pitta será ouvido na CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, encarregada de investigar a evasão de divisas por meio de contas CC-5 entre 1996 e 2002, ouvirá amanhã o depoimento do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Ele é acusado, inclusive por sua ex-mulher, Nicéa Pitta, de transferência ilegal de dinheiro ao exterior e manutenção de contas secretas em bancos estrangeiros.

A audiência deveria ter ocorrido na terça-feira da semana passada, mas Pitta obteve do Supremo Tribunal Federal (STF) duas liminares que o protegem de dar explicações à comissão: a primeira concedia a Pitta o direito de não assinar um termo de compromisso com a verdade; e a segunda permitia que ele fosse ouvido em sessão secreta, da qual poderiam participar apenas membros titulares da comissão.

Novo parecer

Depois de um pedido de reconsideração encaminhado pelo presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o ministro Cezar Peluso emitiu novo parecer acerca da segunda liminar. Manteve a sessão secreta, mas assegurou o direito à participação de senadores e deputados suplentes ou não-membros da CPI. Será permitida ainda a presença de assessores encarregados de orientar os parlamentares.

Ex-aliado político de Paulo Maluf, outro investigado pela CPI, Pitta vem tendo suas supostas operações externas rastreadas pelas autoridades policiais e pelo Ministério Público. Acredita-se que ele abriu contas para abrigar recursos desviados de obras públicas. Os sigilos fiscal, bancário e telefônico do ex-prefeito já foram quebrados pela comissão.

CAE deve votar amanhã a nova Lei de Falências

Proposta amplia as chances para recuperação efetiva das empresas em dificuldade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã, a partir das 10h, substitutivo ao projeto de lei da Câmara que institui a nova Lei de Falências. O relatório, apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), mantém na íntegra apenas oito dos 222 artigos aprovados pelos deputados.

Segundo Tebet, que também é presidente da CAE, a proposta (PLC 71/03) contém mecanismos que modernizam o processo de falência, extingue a concordata e abre espaço para processos mais eficientes de re-



Roosevelt Pinheiro

CONTEÚDO SOCIAL Ramez Tebet destaca proteção ao trabalhador de empresa em falência

cuperação das empresas em dificuldades econômico-financeiras temporárias.

O relator considera que o projeto cria um leque de possibilidades de reorganização,

aumentando as chances de recuperação efetiva das empresas. A proposta aponta os credores como as pessoas mais indicadas para decidir acerca da viabilidade do plano de recuperação preparado pelo devedor. Tebet condenou a “ineficiente concordata”, que, a seu ver, se limita a uma moratória das dívidas.

– O importante é que os trabalhadores não sejam vitimados pelo efeito social mais deletério das falências: o desemprego que decorre da desintegração de empresas falidas – disse o senador, ao destacar que o relatório pautou-se não apenas pela necessidade de aumento de eficiência econômica, mas, principalmente, pela missão de dar conteúdo social à legislação.

Plenário pode desobstruir a pauta

O Plenário do Senado pode decidir amanhã sobre as duas medidas provisórias (MPs) que vêm obstruindo a pauta, abrindo caminho para o exame de 113 matérias que estão há mais de um mês prontas para votação. A medida mais polêmica é a de número 168/04, que proibiu em todo o país a exploração de jogos de bingo e caça-níqueis.

A matéria tem como relator o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que concorda com o texto aprovado pelos deputados, os quais fizeram pequenas alterações na medida

provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 20 de fevereiro. Os deputados incluíram a proibição de se explorar caça-níqueis em máquinas eletromecânicas e mecânicas. O texto original do governo só mencionava máquinas eletrônicas.

Em princípio, os partidos de oposição concordam com a votação da medida provisória dos bingos.

Antes da MP dos Bingos, os senadores têm de se manifestar sobre uma medida provisória mais antiga e, portanto, com preferência de votação. Trata-

se da MP 165/04, que resolve um problema burocrático para assinatura de contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando à cobrança pelo uso de água. O relator é o senador Cristovam Buarque (PT-DF).

Se votadas as duas MPs, na mesma sessão de amanhã o Plenário poderá examinar outras 20 matérias, entre elas projeto que inclui, nos dados da carteira de motorista, informações sobre o grupo sanguíneo do portador e doação de órgãos (PLC 104/02).

Quintanilha defende bingos em cartela

A edição da medida provisória que proibiu a exploração de todos os tipos de jogos de azar no território nacional foi criticada, em Plenário, pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Ele comunicou que vai defender alteração na proposta, para permitir que, pelo menos, possam funcionar os bingos de jogos de cartela.

– Essa decisão do governo é um equívoco, pois o que se esperava é que ele regulamentasse a atividade e não que a vetasse, ainda mais que os bingos já estavam definidos em leis com mais de dez anos de vigência, como as chamadas Leis Pelé e Zico – informou.



Moreno Mariz

CONTRIBUIÇÃO Quintanilha observa que exploração do jogo ajudava esporte amador no país

Quintanilha explicou que essa legislação foi criada para que o esporte amador pudesse buscar fontes de financiamento, permitindo que a categoria pudesse se desenvolver no país. Em decorrência, disse o sena-

dor, os clubes amadores construíram prédios, contraíram empréstimos e fizeram empreendimentos confiados na regulamentação das casas de bingos.

– O próprio Lula manifestou sua disposição em fazer isso e, para nossa surpresa, acabou vedando toda forma de jogos. Se buscarmos em nosso direito consuetudinário, descobriremos que o jogo de bingos faz parte de nossa cultura. Sem contar que seria uma fonte de financiamento das atividades sociais, derivado da tributação, e ainda uma forma de manter uma quantidade substancial de empregos.



Célio Azevedo

CONSEQUÊNCIA Falta de recursos dos estados estimula a guerra fiscal, alerta Pedro Simon

Simon pede renegociação das dívidas dos estados

A contínua elevação da dívida dos estados com a União, que saltou de R\$ 185 bilhões em 2000 para R\$ 293 bilhões em 2003, não é motivo de preocupação apenas para os governadores, que se reuniram em Brasília na última segunda-feira. Por também considerar esse endividamento insustentável, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ao governo federal pela renegociação das dívidas, suscitando a discussão sobre novas bases para o pacto federativo entre União, estados e municípios.

Segundo Simon, a paralisação da economia e a queda na arrecadação tributária reduziram a disponibilidade de recursos dos estados para honrar esse compromisso. O senador observou ainda que a crise vivida pelo país está a exigir mais investimentos nas áreas social e de infra-estrutura.

– Nesse quadro, surge a necessidade de flexibilização das condições do refinanciamento, de forma a viabilizar recursos para possibilitar o atendimento de uma demanda social crescente – considerou.

Nova definição

No documento resultante do encontro dos governadores, foi sugerida a revisão do conceito adotado pela União para definir a receita líquida real dos estados, parâmetro utilizado para pagamento dos serviços da dívida. Uma das propostas passaria pela exclusão dos recursos da educação, saúde e do fundo de combate à pobreza dessa base de cálculo, medida que deve constituir projeto de lei a ser apresentado por Simon.

Para o senador, a escassez de recursos amargada pelos estados estimula a guerra fiscal entre os entes federados.

SALÁRIO MÍNIMO



ELOGIO Raupp apóia aumento do salário-família para R\$ 20 por filho, em vigor desde sábado

Raupp sugere que país crie bases para poder crescer

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o governo só poderá conceder um salário mínimo melhor quando houver crescimento econômico no Brasil. Ele reconheceu que não há muito o que festejar, mas lembrou que há décadas o Brasil não consegue dar um salário mínimo satisfatório aos trabalhadores.

– O que foi comemorado nos governos anteriores? Todos os anos, em maio, nossas expectativas são sempre frustradas. O país precisa criar bases para o crescimento econômico. A Argentina está crescendo a 8% ao ano. É isso que queremos para o Brasil – ressaltou.

Raupp elogiou, porém, a iniciativa do Executivo federal de aumentar o salário-família para R\$ 20 por filho. “Esse é um alento para trabalhadores com muitos filhos”, disse. O senador destacou que quem tem cinco crianças, por exemplo, chega a receber R\$ 360, e informou que existem no país 6 milhões de trabalhadores recebendo salário-família.

Demora

Ao pedir mais agilidade na liberação dos créditos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o parlamentar afirmou que, às vezes, a demora na liberação se dá por falta de acesso à rede bancária ou mesmo por falta de recursos. O senador lembrou que, desde que foi criado, em 1988, o fundo já permitiu investimentos de R\$ 5 bilhões na Região Norte. “É o fundo mais regular de recursos para fomento da região”, frisou, observando que, neste ano, a região deve obter mais de R\$ 650 milhões. O FNO, acrescentou, é a fonte de crédito mais acessível para os moradores do Norte por ter prazos de pagamento de até dez anos e juros baixos.

Ideli lembra compromisso de Lula com a estabilidade

■ Conforme líder do PT, o presidente prometeu, durante a campanha, administração baseada no rigor fiscal

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou na sexta-feira que, se é legítima a cobrança do compromisso de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva de que até o fim do seu mandato o salário mínimo seria dobrado, também é fundamental que se explicite que, ao longo de toda a campanha eleitoral, o então candidato do PT salientou que teria uma administração baseada na estabilidade.

Ideli disse que nada é pior, para os que ganham menos, do que o retorno da inflação. E lembrou que Lula, ao concorrer à Presidência da República, assumiu, entre outros compromissos, o cumprimento do rigor fiscal, “o de não se gastar mais do que se arrecada, o de não desestabilizar as finanças



Fotos: Célio Azevedo

LIMITAÇÕES Ideli enfatiza o princípio do governo de não se gastar mais do que se arrecada

públicas, até porque essa prática não conduz aos rumos de que o país tanto precisa: a retomada do crescimento com estabilidade, rigor fiscal e segurança de continuidade”.

A líder do PT destacou que qualquer alteração no valor do salário mínimo e do salário-família terá de vir acompanhada da responsabilidade fiscal, “de saber de onde sairá o dinheiro”.

A senadora disse concordar com o senador Cristovam

Buarque (PT-DF), que, em discurso, também na sexta-feira, afirmou que se deve não só dar atenção ao valor monetário do salário mínimo, mas a tudo o que o Estado tem de propiciar no atendimento às necessidades básicas da população, como uma boa escola e um bom atendimento de saúde.

Serys mencionou os indicadores que confirmam o crescimento anual da economia brasileira, de 3,5% no primeiro trimestre, com a recuperação das indústrias paulista e fluminense, e o aumento do salário real pago pelas empresas de São Paulo.

A parlamentar citou ainda a vitória do país sobre os Estados Unidos, no painel aberto na Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre os danos causados aos produtores nacionais de algodão pelos subsídios agrícolas norte-americanos, e os projetos de parcerias público-privadas (PPPs) com o governo chinês envolvendo investimentos da ordem de US\$ 4 bilhões.

Cristovam quer definir já mínimo de 2005

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) defendeu um novo encaminhamento para a questão do salário mínimo, a fim de que, em 2005, se evite a “repetição trágica” da discussão sobre o valor desse salário que, avaliou, acaba girando em torno da definição a respeito da concessão de um pão ou de cinco pães por dia a mais para cada família.

O senador propôs que os parlamentares trabalhem, desde já, durante a análise da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na elabora-



ANTECIPAÇÃO Cristovam pede que valores sejam discutidos durante análise da LDO

ção de artigos que permitam que o Orçamento de 2005 inclua o salário mínimo necessário e tudo o que o complemen-

ta para assegurar uma boa qualidade de vida ao trabalhador.

Na opinião do senador, se o Congresso procurar saber a partir de agora quanto é preciso para aumentar o salário mínimo em 2005, daqui a um ano as condições poderão ser muito diferentes quando se for debater quanto o trabalhador tem direito a receber.

– Se a gente trabalhar a idéia da qualidade de vida, e não a do salário, e colocar no orçamento a necessidade do povo, vamos evitar a repetição trágica dessa discussão – disse.



CRÍTICA Serys observa que novo salário não dá para alimentar família de quatro pessoas

Serys diz que R\$ 260 para sobreviver é inaceitável

O salário mínimo de R\$ 260 para vigorar a partir de 1º de maio, anunciado pelo presidente da República, é inaceitável, na opinião da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT). Em pronunciamento na sexta-feira, no Plenário, ela disse ter a certeza de que a proposta será alterada no Congresso.

– Temos a convicção de que será possível encontrar alternativas de fontes de recursos para possibilitar ao governo melhorar o patamar proposto. Não tenho dúvidas disso. Duzentos e sessenta reais não dá – afirmou.

A senadora ressaltou que os brasileiros que vivem com salário mínimo têm o nível de vida aviltado porque o valor não dá para a alimentação de uma família de quatro ou cinco pessoas.

Mulheres

Serys comunicou a realização de dois eventos promovidos na última quinta-feira relacionados à causa da mulher: a sessão solene na Câmara dos Deputados para homenagear o 15º aniversário do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e o lançamento, pelo presidente do Senado, José Sarney, da edição especial da publicação *Dados Biográficos das Senadoras*.

Crivella: “Congresso deve procurar outra solução”

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou, em discurso no Plenário, não estar “nem um pouco satisfeito” com o salário mínimo fixado pelo governo. Crivella disse que sempre se votam com angústia no Congresso os novos valores do salário mínimo.

O senador assinalou que procurará novos rumos e soluções para o problema e observou que o país está sob a liderança de um homem “justo, digno e que merece a confiança de cada um de nós”. E espera que o país viva dias de

mais prosperidade e baixe a taxa de juros.

– Vamos nesta Casa debater, lutar e procurar caminhos para colocar o salário mínimo em níveis melhores – salientou.

Durante o discurso, o senador parabenizou os ferroviários brasileiros, lembrando que, na sexta-feira, foram comemorados os 150 anos de funcionamento da primeira estrada de ferro do Brasil, que interligou o Rio de Janeiro a Petrópolis. “Como filho do Rio de Janeiro, não poderia deixar de ce-

lebrar uma data tão importante”, ressaltou Crivella. Além de felicitar os ferroviários, o senador pediu para que a ferrovia volte a ser “um grande vetor de desenvolvimento e progresso” do país.

Solidariedade

Crivella solidarizou-se com a homenagem prestada pela líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), ao senador João Capiberibe (PSB-AP), que teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a acusação de compra de votos.



SESQUICENTENÁRIO Crivella lembra aniversário da primeira ferrovia brasileira

– É como prender alguém que rouba uma melancia para matar a fome. Não há justiça nisso – disse o senador.

SALÁRIO MÍNIMO

José Jorge indaga Mantega sobre promessa de campanha

O senador José Jorge (PFL-PE) informou na sexta-feira que apresentou requerimento à Mesa do Senado solicitando ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, informações sobre a política salarial brasileira. Ele também indaga se o governo irá manter ou não a meta de dobrar o valor do salário mínimo até 2006, conforme promessa de campanha.

José Jorge disse não acreditar que o governo irá cumprir a promessa, uma vez que, decorrido quase 1/3 do mandato, o presidente concedeu apenas um aumento real em torno de 3% ao longo desses dois anos.

O senador também conclamou os parlamentares descontentes da base do governo para votarem a favor de emenda que eleva o valor do salário mínimo.

Alvaro Dias pede voto contra o piso de R\$ 260

Célio Azevedo



Mínimo não supre necessidades, afirma Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o valor fixado pelo governo para o salário mínimo. Ele pediu a todos os parlamentares que estão se manifestando da mesma maneira que votem

contra a medida provisória que define o novo piso salarial.

Alvaro lembrou a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dobrar o salário mínimo até o final do mandato, em 2006, e disse que tal pretensão consta, inclusive, do programa de governo do PT.

– Mais vale o voto do que a palavra – afirmou. Para o parlamentar, o aumento concedido é tão baixo que, além de não cumprir com sua promessa, Lula também está incorrendo em descumprimento de norma constitucional que garante um piso salarial capaz de suprir as necessidades inalienáveis e básicas de um trabalhador.

Paim propõe mudar MP e elevar reajuste do mínimo

Senador anunciou que votará contra a posição do governo, caso não seja alterada proposta de R\$ 260

O aumento de R\$ 20 no valor do salário mínimo, elevando o piso para R\$ 260, não é suficiente e, na opinião do senador Paulo Paim (PT-RS), não deverá ser aceito pelo Congresso. Ele comunicou em Plenário, na sexta-feira, que irá votar contra a medida provisória que define o reajuste, caso ela não seja modificada. Para o senador, o governo tem condições de conceder um reajuste maior, elevando o mínimo para, pelo me-

nos, US\$ 100 (próximo a R\$ 300).

Paim disse que já apontou várias fontes, como as sobras da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), das quais o governo poderia deslocar recursos para melhorar o índice do reajuste. Segundo ele, também é “inacreditável” que o Executivo pretenda conceder apenas 50% do reajuste dado ao mínimo às pensões e aposentadorias.

– Se for realmente assim, a situação é ainda mais grave, e acredito que a MP não deverá passar no Congresso e também no Supremo Tribunal Federal (STF) da forma como está. Também não acredito que, como tem sido anunciado, os

parlamentares irão aprovar a medida em troca de cargos, porque estariam prejudicando mais de 100 milhões de trabalhadores e aposentados – afirmou o senador.

O aumento para R\$ 20 no valor do salário-família, concedido apenas aos que ganham até um salário mínimo e meio, também foi questionado pelo senador. Para ele, a decisão é ilegal, pois a lei define que têm direito ao benefício todos os que ganham até três mínimos.

– Quem ganha salário mínimo não tem poder de pressão, mas tem voto – enfatizou. Paim recebeu apoio dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Heráclito: governo perde apoio da base

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ver algo de errado no fato de quatro integrantes da base governista terem se manifestado em pronunciamentos no Plenário do Senado, na sexta-feira, com críticas ao próprio governo. Ele lembrou que os senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PT-DF), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) criticaram o valor do novo salário mínimo de R\$ 260 concedido pelo presidente da República.

– Tivemos quatro discursos da base do governo e nenhum a favor. Não vimos ninguém defender o governo, a não ser o senador Tião Viana para confirmar a exceção. Isso me deixa



CRÍTICAS Heráclito questiona discursos dos governistas contra o reajuste do salário mínimo

profundamente preocupado. Algo está errado – observou.

Para Heráclito, o governo não está sabendo se comunicar. Na avaliação do senador, o governo cometeu uma grande injus-

tiça com Paim por não ter comunicado ao senador o percentual definido para o reajuste do salário mínimo.

– É uma das maiores injustiças o que se fez. O discurso de Paim é o mesmo há 12 anos, ou seja, a defesa de um salário mínimo justo. Ele deveria ter sido informado sobre a decisão, para evitar que ele ficasse sabendo pelas ruas – afirmou.

Heráclito manifestou apoio a requerimento anunciado pelo senador José Jorge (PFL-PE). O senador por Pernambuco disse que irá solicitar informações ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, sobre a intenção do governo de manter a meta de dobrar o mínimo até o final do mandato.

Mais trabalho e menos bravatas, cobra Virgílio

Em vez de o presidente Lula continuar falando bravatas, deveria determinar aos seus ministros que trabalhassem com o objetivo de melhorar as condições do país e da maioria da população, aconselhou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Ele fez o comentário depois de ler matéria publicada na sexta-feira pelo jornal *O Globo*, sob o título “Um dia acordei invocado e telefonei para o Bush”. De acordo com o jornal, o presidente teria se vangloria-

do, em jantar com a bancada do PTB na Granja do Torto, em Brasília, por ter falado ao telefone com importantes chefes de Estado, entre eles o presidente norte-americano.

– O presidente Lula precisa acordar invocado, isso sim, e mandar seus ministros trabalharem – afirmou o senador, para quem o governo se encontra paralisado.

Arthur Virgílio condenou ainda o comportamento de Lula, que, segundo ele, se calou depois de ter anunciado o reajus-



SEM RESULTADOS De acordo com Arthur Virgílio, o governo Lula está paralisado

te do salário mínimo para R\$ 260, considerado pelo senador como muito baixo.



ESPERANÇA Mão Santa tem expectativa de que o Congresso amplie o valor do mínimo

Para Mão Santa, Senado deve rejeitar “salário da vergonha”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o reajuste do salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 determinado pelo governo federal. Ele disse ter expectativa de que, sob a liderança do presidente do Senado, José Sarney, o Congresso amplie o valor.

– O dia mais triste de minha vida será o dia em que o Senado mantiver o salário mínimo proposto pelo presidente Lula. É o salário da vergonha – afirmou Mão Santa, ressaltando que, em qualquer país organizado, a diferença entre o salário mínimo e o máximo fica em torno de dez a 15 vezes.

Sudene

Mão Santa também cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento de promessa de campanha de recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ele lembrou que a edição da medida provisória (MP) que extinguiu o órgão está completando três anos.

Para o senador pelo Piauí, o projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso, mantendo a extinção da Sudene e propondo a criação de uma instituição substituta, “foi um ato burro do núcleo duro do governo”. De acordo com Mão Santa, apesar de várias reuniões, a matéria ainda não foi votada. Os servidores do órgão, acrescentou o senador, estão indignados, e o sentimento tornou-se ainda maior, conforme lembrou, quando os funcionários foram surpreendidos com o corte de 36% de suas gratificações, incorporadas desde o governo do presidente José Sarney.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Julgamento de vereadores e empresários de Porto Ferreira, denunciados por aliciamento de meninas para prostituição, é resultado das investigações da comissão parlamentar mista de inquérito

CPI já levou à condenação vários acusados

“ Já militava nessa área por muito tempo, mas não tinha a dimensão, antes da CPI, do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes que ocorre no país. Há momentos em que me sinto quebrada por dentro, como no dia em que ouvimos o depoimento de uma moça da Paraíba, iniciada na prostituição aos 13 anos. Essa jovem, que está sob proteção policial há dois anos, dizia em seu depoimento: ‘Quando eu era moça e quando eu era bonita...’, deixando claro que ela já se sente velha e feia antes dos 20 anos. O depoimento tocou-me profundamente, porque tenho filha nessa idade. É terrível ver crianças sendo exploradas sexualmente por R\$ 0,50, no Vale do Jequitinhonha, ou vendendo sexo a R\$ 1,99, no Rio de Janeiro. Porém, os relatos dramáticos que ouvimos desde o começo da CPI só reforçam a minha disposição de prosseguir nessa luta.”

Senadora Patrícia Saboya



DECISÃO Patrícia Saboya preside a comissão, que deverá concluir os trabalhos até o fim de maio

A sentença proferida no dia 19 do mês passado pela juíza Sueli Juarez Alonso, de Porto Ferreira (SP), condenando à prisão vereadores e empresários que aliciavam meninas para a prostituição, representa uma das grandes vitórias da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que desde junho de 2003 investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes. A opinião é da presidente da comissão, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que vê na atuação mais célere da Justiça um dos principais instrumentos para coibir a exploração infantil no país.

A partir de denúncias que chegaram à CPI, 12 pessoas foram presas em Porto Ferreira. Entre os condenados, está o

garçom e suplente de vereador Walter de Oliveira (PTB), que recebeu inicialmente pena de 67 anos de prisão, reduzida à metade por ele ter colaborado com a Justiça. O ex-presidente da Câmara de Vereadores Luis César Langorio cumprirá 45 anos de prisão.

O julgamento de Porto Ferreira, segundo a senadora, foi exemplar e abre espaço para a punição dos envolvidos nos 17 casos emblemáticos que a CPI encaminhou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e que estão sendo investigados pela Polícia Federal.

A apuração de denúncias está entre os itens propostos no documento final da CPI, que será concluído até maio. De acordo com Patrícia, os inte-

grantes da comissão optaram por encaminhar ao ministro casos expressivos. São dossiês que tratam de turismo sexual, tráfico de menores, exploração comercial de crianças e pedofilia na Internet.

Legislação

O relatório também apresenta propostas de mudanças na legislação, com o objetivo de tornar mais rígidos os instrumentos para o julgamento de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. O arcabouço jurídico atual, diz, acaba não permitindo, em alguns casos, a punição dos responsáveis pelos crimes.

– É o caso do Código Civil, que encerra o processo de violência sexual contra menor quando esta se casa, como se o

casamento lavasse a honra da menina – observa. Patrícia afirma que a fragilidade da legislação beneficia situação denunciada pela revista *Época*, em que um prefeito, após ter cometido sete estupros, promoveu os casamentos das meninas e, com isso, os processos contra ele foram encerrados. As sugestões para aprimorar a legislação estão sendo discutidas por um grupo de especialistas que trabalha junto à CPI.

Outro eixo do relatório envolve a proposta de realização de campanha nacional permanente de esclarecimento sobre o assunto.

– As pessoas não sabem distinguir o que é abuso sexual (que ocorre na família, em geral praticado pelos pais ou parentes) da exploração e violência sexual (que envolve redes de exploração infantil e que foi objeto de investigação da CPI) – explica. A campanha, na opinião da senadora, poderá ajudar as vítimas, que costumam ser desacreditadas e muitas vezes coagidas a retirar as queixas. Para a presidente da CPI, “todo esse quadro de pressão tem a ver com a pobreza e a ignorância”.

O relatório final deverá ainda propor políticas públicas para proteger crianças e adolescentes da exploração sexual. “A violência interfere, muitas vezes de forma irreparável, no desenvolvimento da criança e do adolescente”, conclui.

Números da violência contra crianças e adolescentes

A CPI recebeu desde o início de seu trabalho mais de **800** denúncias vindas de todo o país.

Foram levantadas no país **241 rotas de tráfico** marítimas, aéreas e terrestres, nacionais e internacionais, com ramificações na Europa, América do Sul e China.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos (**0800 99-0500**) recebeu, entre maio e novembro do ano passado, **3.289** chamadas, das quais **1.047** sobre abuso sexual, **441** de exploração sexual e **1.801** de maus-tratos.

O Rio Grande do Sul aparece em **primeiro lugar** em denúncias de crimes contra crianças e adolescentes. O Rio de Janeiro vem em **segundo lugar**, e São Paulo em **terceiro**. Em seguida aparecem o Ceará, Bahia e Minas Gerais. O estado campeão de denúncias de exploração sexual comercial é o **Pará**.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que, em todo o mundo, cerca de **1,2 milhão** de crianças são exploradas sexualmente **a cada ano**.

No Brasil, esse mercado criminoso atinge principalmente mulheres **negras e mestiças** com idade entre **15 e 27 anos**.

Crime envolve taxistas e comerciantes

Ao longo de seu trabalho, a CPI mista confirmou a existência de uma situação grave de violência contra crianças e adolescentes que envolve taxistas, políticos, empresários e policiais, com a conivência do poder público. Foi o que a CPI também constatou nas audiências realizadas em João Pessoa e Natal, nos dias 19 e 20 de abril. Em João Pessoa, o servidor público Josemir da Silva acusou dois políticos de Cabedelo de utilizarem esquema de aliciamento e exploração sexual de meninas.

De acordo com o servidor, a rede lança mão de *crack*, cocaína, maconha e armas.

A comissão decidiu incluir João Pessoa no roteiro de via-

gens depois de receber 28 denúncias de exploração sexual no estado. Acompanhada de deputados federais, a relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), considerou os depoimentos “gravíssimos”. A exploração infantil, conforme os relatos, atinge, além da capital, as cidades de Bayeux, Campina Grande e Santa Rita.

A CPI continua a receber denúncias, que acabam interferindo em roteiros pré-estabelecidos. Foi o que ocorreu em 27 de abril, quando a comissão esteve na cidade de Pompeu (MG) para apurar denúncias contra o prefeito, empresários e comerciantes.

Os membros da CPI estiveram também em Natal, onde

denúncias apontam para o turismo sexual, com envolvimento de taxistas e donos de estabelecimentos comerciais e de hotéis.

Antes da viagem ao Nordeste, a CPI visitou o Pará. Foram coletados documentos que evidenciam abuso sexual, tráfico, pornografia e pedofilia na Internet e favorecimento à prostituição.

Em março, a CPI foi a Minas Gerais, onde representantes da Polícia Rodoviária Federal e de caminhoneiros traçaram um mapa da exploração sexual ao longo de rodovias. Eles disseram que as vítimas do tráfico infantil são levadas ao Suriname em caminhões. Pelo Sul, a rota vai até o Uruguai, afirmaram.

Paim lamenta desemprego recorde

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, destacou o desemprego recorde e o crescimento do trabalho infantil ao falar em videoconferência sobre os problemas que afetam os trabalhadores brasileiros. O evento, em comemoração ao 1º de Maio deste ano, foi transmitido para 26 estados e o Distrito

Federal na sexta-feira, a partir do auditório do Interlegis, a comunidade virtual do Senado.

Paim ressaltou que a situação é agravada pela perda de poder aquisitivo. "O trabalhador enfrenta também a queda de rendimento, verificada pela redução sistemática dos salários, desde 1998." Ele disse que a utilização de mão-de-obra de me-

nores estaria recriando no Brasil os mesmos abusos dos primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra do século 18.

Participaram da mesa da videoconferência Antonio Neto, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), e Moacyr Roberto Auersvald, representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores.



VIDEOCONFERÊNCIA Paulo Paim (C) fala sobre os problemas que afetam os trabalhadores brasileiros

Eduardo destaca projeto habitacional de Palmas

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que a saída ideal para o Brasil é um grande projeto nacional que ocupe melhor as terras do país e que faça com que o brasileiro extraia com mais racionalidade as riquezas do solo. O senador elogiou o anúncio, feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de programas de habitação, e citou experiência que considera bem sucedida desenvolvida pela prefeitura de Palmas (TO) há dois anos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a participação do Ministério das Cidades.

O projeto prevê a construção de 900 casas, em regime de mutirão, que engloba desde a confecção do tijolo até a mistura da tinta. Essas casas, que estão em fase final, segundo o senador, têm o mais baixo cus-



ELOGIO Eduardo aplaude anúncio de que governo investirá na habitação

to do país. A construção de moradias populares, acrescentou, gera empregos e faz com que o cidadão comemore o fato de ter ajudado a construir sua própria casa.

Na véspera do Dia do Trabalho, Eduardo homenageou o ex-presidente da República Getúlio Vargas e citou fala do ex-presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt.

José Jorge defende ação contra invasões no campo

O senador José Jorge (PFL-PE) cobrou do governo "providência drástica" contra as invasões de propriedades rurais que vêm ocorrendo em todo o país, patrocinadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele advertiu que, se o governo não agir com rigor, a própria reforma agrária anunciada pelo presidente Lula poderá ser comprometida.

José Jorge informou que em Pernambuco, por exemplo, o MST "e seus confessos simpa-

tizantes e defensores" invadiram, somente em abril, propriedades em 14 municípios, num total de 31.197 hectares de terras. O senador estranhou que o governo não se mova para combater a onda de invasões em todo o país, apesar de o MST ter dito que "agora a ordem é invadir terras no grito e na marra".

O senador leu carta do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), endereçada a Lula, cobrando providências do governo para que a tensão no campo seja reduzida.



ADVERTÊNCIA José Jorge diz temer pelo futuro da reforma agrária no país

Sarney lembra Mauá e cobra prioridade a ferrovia

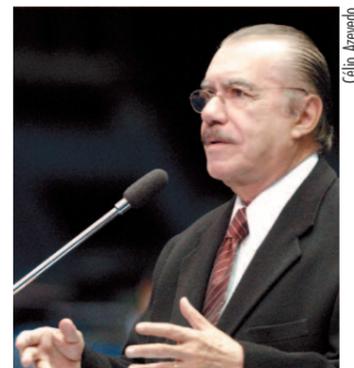
Senador celebra os 150 anos da primeira linha férrea do país e diz que sistema reduz o custo do transporte

No dia em que se comemoraram os 150 anos da primeira ferrovia brasileira, inaugurada por d. Pedro II em 30 de abril de 1854, para interligar o Rio de Janeiro a Petrópolis, empreendimento do Barão de Mauá, o presidente do Senado, José Sarney, pediu prioridade para essa modalidade de transporte, que reduz custos e confere maior competitividade às exportações brasileiras. O senador afirmou que o país precisa investir no transporte intermodal, lembrando a visão estratégica que Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, teve na sua época ao interligar o porto e o interior do Rio por ferrovia.

Sarney lamentou que o Bra-

sil, com a dimensão de sua costa marítima, não tenha estimulado a navegação de cabotagem, observando que o país não possui mais nenhuma bandeira própria no transporte marítimo internacional. O presidente do Senado assinalou que o país já teve uma malha de 40 mil quilômetros de ferrovias, hoje reduzida a 29 mil.

O senador lembrou sua tentativa de restaurar a importância do transporte intermodal em seu governo, com a conclusão da Ferrovia do Aço e o seu empenho na construção da Ferrovia Norte-Sul. Na sua avaliação, se os seus sucessores tivessem mantido a prioridade para a modalidade ferroviária, viabilizando o escoamento da safra agrícola do Centro-Oeste e o aumento da produção de grãos, talvez o Brasil não estivesse discutindo questões como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os efeitos do seu receituário econômico. Sar-



IMPORTÂNCIA Sarney resalta tentativa de seu governo de estimular transporte intermodal

ney disse que o presidente Lula comprometeu-se a finalizar a Ferrovia Norte-Sul.

O pronunciamento recebeu apartes da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Alvaro Dias (PSDB-PR), Cristovam Buarque (PT-DF), Heráclito Fortes (PFL-PI), José Jorge (PFL-PE), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Mão Santa (PMDB-PI).

Tião Viana parabeniza trabalho da Rede Sarah

Ao parabenizar o trabalho que vem sendo feito pela diretoria da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Tião Viana (PT-AC) afirmou na sexta-feira que a rede é um orgulho para o Brasil e que se trata de um exemplo de gestão pública. Ele contou que foram divulgados na véspera resultados positivos durante a reunião do conselho administrativo da rede, do qual o senador faz parte.

Segundo o relatório – feito pelo membro do conselho e ex-secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal –, o número de pacientes atendidos no último ano cresceu, superando metas. Foram tratados mais de 1 mi-



EXEMPLO Segundo Tião Viana, Rede Sarah é motivo de orgulho para o Brasil

lhão de pacientes. Dos atendidos, 97% classificaram de boa ou ótima a assistência recebida, dado que superou os 90% tidos como meta de satisfação.

Também foi melhor do que o previsto o índice de ocupação

hospitalar: 78,9%. Os índices de infecção hospitalar, segundo o senador, tiveram ótimos resultados, com taxa de incidência de 0,45 em cada 100 pacientes de internação e 0,56 nos atendidos no modelo hospital-dia. "Um índice já considerado ótimo é de cinco em cada 100."

Na opinião de Viana, o Sarah mostra que o atendimento de saúde da população deve ser público e gratuito: "É um belo exemplo que traz confiança e orgulho para o Brasil. É exemplo mundial".

Heráclito Fortes (PFL-PI), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ideli Salvatti (PT-SC) associaram-se à homenagem.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa e Marcelo Crivella e pela senadora Ideli Salvatti

Excesso de barulho traz prejuízo à saúde

A poluição sonora é o terceiro mais grave problema ambiental encontrado nos centros urbanos brasileiros, atrás da poluição da água e do ar. O excesso de ruído provocado pelos veículos automotores, máquinas e equipamentos elétricos, aparelhos de som, indústria e comércio, entre outros, traz sérios prejuízos à saúde e à qualidade de vida, tornando-se hoje a principal causa de surdez e perda auditiva em indivíduos adultos no país. Segundo o censo do IBGE de 2000, 81,25% da população brasileira vivem em áreas urbanas e sofrem, conseqüentemente, os efeitos da poluição sonora.

Nesta edição, saiba como diminuir a poluição, o que diz a legislação e os efeitos negativos do excesso de ruídos para o organismo.

Sintomas vão da dor de cabeça à perda da audição e pressão alta

Os efeitos negativos no organismo decorrentes da exposição ao ruído podem variar em cada indivíduo. Alguns sintomas são sentidos momentaneamente, como dores de cabeça. Outros problemas, porém, como a perda auditiva, ocorrem sem ser notados.

Os principais transtornos são:

- distúrbios do sono
- estresse
- perda da capacidade auditiva
- alteração do humor
- irritabilidade
- aumento da frequência cardíaca
- surdez
- zumbido no ouvido
- distúrbios digestivos
- falta de concentração
- pressão alta
- dor de cabeça
- fadiga
- alergias

Níveis de ruído

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o nível de ruído recomendável para a audição é de até 50 decibéis (dB). A tabela abaixo mostra exemplos de níveis médios de ruídos em decibéis.

- 15 dB: cochichar
- 30 dB: jardim tranqüilo
- 60 dB: barulho de escritório
- 75 dB: liquidificador
- 85 dB: rua com trânsito intenso
- 90 dB: caminhão pequeno acelerando
- 100 dB: britadeira
- 110 dB: concerto de rock
- 120 dB: avião a jato
- 140 dB: limite da audição

Conforto acústico

Segundo a Norma 10.152 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o limite aceitável de ruído é diferente para cada área. O valor menor corresponde ao nível sonoro para conforto. O maior significa o nível aceitável, ambos em decibéis:

- enfermaria de hospital: 35dB a 45dB
- sala de aula: 40dB a 50dB
- quarto de hotel: 35dB a 45dB
- dormitório residencial: 35dB a 45dB
- escritório com computadores: 45dB a 65dB
- pavilhões fechados para espetáculos e esporte: 45dB a 60dB

O que fazer

- não acelere o carro enquanto estiver parado no trânsito
- regule freqüentemente o motor do carro
- evite usar a buzina
- reduza o volume dos aparelhos domésticos, como som e TV
- use tampões de ouvido em situações de exposição ao barulho
- compre aparelhos com baixo índice de ruído
- engenheiros e arquitetos podem fazer alterações para melhorar a acústica dos ambientes ou detectar falhas estruturais que facilitem a propagação do som
- denuncie locais barulhentos e que desrespeitem a Lei do Silêncio.



DESCONFORTO Ruído em área com concentração de pessoas pode chegar a 90dB

Soluções dependem do tipo de ruído, local e número de pessoas atingidas

Não há na legislação brasileira lei que regule todos os tipos e níveis de poluição sonora. A solução para o problema vai depender do local e do emissor do ruído e do número de pessoas atingidas, entre outros fatores. Independentemente do caso, a Polícia Militar ou Civil deve ser procurada para informações sobre o procedimento a ser seguido ou para registrar queixa e impedir que o problema continue.

Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelecem os critérios, padrões e normas para controlar o ruído excessivo que possa interferir na saúde da população, além de estabelecer os limites máximos permitidos na emissão de ruídos de carros, motos e eletrodomésticos, por exemplo. As principais normas são as Resoluções 1 e 2, de 1990, que determinam os limites aceitáveis de ruído recomendados pelas Normas 1.051 e 1052, de 1999, da ABNT.

Cabe ao município a fiscalização e cumprimento da lei, que varia em cada local. Também é de responsabilidade do município o ordenamento territorial e a emissão de licenças para localização e funcionamento de bares, restaurantes e residências, por exemplo, e o limite de ruído permitido. Se o problema atingir um número maior de pessoas, o Ministério Público pode ser procurado para garantir uma solução para o problema.

Os excessos cometidos nos condomínios, como música alta do vizinho, obras no andar de cima e festas, estão previstos no artigo 554 do novo Código Civil. Estão previstas multas aos moradores barulhentos. Nesse caso, o primeiro passo é procurar o síndico e encaminhar notificação ao causador do barulho. Após a terceira notificação, o morador incomodado pode registrar queixa na delegacia e entrar com processo no juizado especial.

Se a poluição sonora ocorre no local

de trabalho, deve-se procurar a delegacia do trabalho, para que seja realizada vistoria. No caso de o trabalhador for exposto a ruído contínuo de 85 decibéis (dB), a legislação determina uma jornada de trabalho de oito horas. Para cada adição de 5dB, a jornada deverá ser reduzida à metade. Por exemplo, se o trabalhador estiver exposto a 90dB, trabalhará apenas quatro horas por dia.

Projeto em tramitação

O deputado Neuton Lima (PTB-SP) apresentou projeto que define o que é poluição sonora, ruídos, vibrações, além de estabelecer os limites máximos de intensidade da emissão de sons e sinais acústicos, ruídos e vibrações resultantes de atividades urbanas. A proposta segue os índices recomendados nas normas e resoluções do Conama e da ABNT, e prevê multas e penalidades para o descumprimento da legislação. O projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Informações

Polícia Militar: 190

Polícia Civil: 197

Ministério do Trabalho:

Alô Trabalho: 0800 61-0101

www.trabalho.gov.br

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

Tel: 0300 789-1818

www.inmetro.gov.br

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

Tel: (61) 317-1000

www.mma.gov.br/conama

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Tel: (21) 2210-3122

www.abnt.org.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Tel: (61) 316-1212

www.ibama.gov.br